

Solar Arinos S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas do exercício findo em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da

Solar Arinos S.A.

Arinos – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solar Arinos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Solar Arinos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 23 de maio de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de abril de 2024.

KPMG Assurance Services Ltda.

CRC 2SP023228/O-4



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Solar Arinos S.A.

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
Caixa e equivalente de caixa	8	14	529	1.335	6.875	Fornecedores	14	11	2	4.514	894
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		78	-	186	-	Obrigações tributárias	15	4	-	1.890	-
Despesas pagas antecipadamente	9	-	-	2.911	-	Obrigações fiscais e trabalhistas		-	-	-	132
Partes relacionadas	20 a.	-	71	-	85	Arrendamentos	11	-	-	524	-
Instrumentos financeiros derivativos	18 e 21	-	-	19.775	-	Instrumentos financeiros derivativos	18 e 21	-	-	19.775	-
Outras contas a receber		-	16	5	17	Contas a pagar partes relacionadas	20 b.	-	-	-	501
						Outras contas a pagar		-	39	-	39
Total do ativo circulante		92	616	24.212	6.977	Total do passivo circulante		15	41	26.703	1.566
Contas a receber partes relacionadas	20 a.	521	-	-	-	Arrendamentos	11	-	-	22.916	-
Despesas pagas antecipadamente	9	-	-	2.619	-	Total do passivo não circulante		-	-	22.916	-
Investimentos	10	226.656	48.325	-	-	Patrimônio líquido					
Direito de uso	11	-	-	23.438	-	Capital social	16 a.	228.283	36.101	228.283	36.101
Imobilizado	12	-	-	226.604	-	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	13.000	-	13.000
Intangível	13	-	-	-	43.489	Prejuízos Acumulados	16 b.	(1.029)	(201)	(1.029)	(201)
Total do ativo não circulante		227.177	48.325	252.661	43.489	Total do patrimônio líquido		227.254	48.900	227.254	48.900
Total do ativo		227.269	48.941	276.873	50.466	Total do passivo e patrimônio líquido		227.269	48.941	276.873	50.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Arinos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custos operacionais	17	-	-	-	(163)
Lucro bruto		-	-	-	(163)
Despesas gerais e administrativas	17	(59)	(5)	(1.153)	(21)
Outras receitas / (despesas) operacionais		36	-	36	-
Resultado com equivalência patrimonial	10	(868)	(84)	-	(39)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(891)	(89)	(1.117)	(223)
Receitas financeiras	18	271	92	20.290	319
Despesas financeiras	18	(204)	(204)	(19.997)	(231)
Resultado financeiro líquido		67	(112)	293	88
Resultado antes dos tributos		(824)	(201)	(824)	(135)
Imposto de renda e contribuição social	19	(4)	-	(4)	(66)
Prejuízo do exercício		(828)	(201)	(828)	(201)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Arinos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício	(828)	(201)	(828)	(201)
Resultado abrangente do exercício	(828)	(201)	(828)	(201)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Arinos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Total
		Capital social subscrito	Capital a integralizar			
Saldos em 26 de janeiro de 2022		-	-	-	-	-
Integralização de capital social		36.101	-	-	-	36.101
Integralização adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	13.000	-	13.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(201)	(201)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		36.101	-	13.000	(201)	48.900
Integralização adiantamento para futuro aumento de capital	16 a.	-	-	-	-	169.460
Subscrição de capital social	16 a.	531.008	(531.008)	-	-	-
Integralização de capital social	16 a.	-	192.182	(13.000)	-	9.722
Prejuízo do exercício	16 b.	-	-	-	(828)	(828)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		567.109	(338.826)	-	(1.029)	227.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Arinos S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(824)	(201)	(824)	(135)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial	10	869	84	-	-
		45	(117)	(824)	(135)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber partes relacionadas	20	(450)	(71)	85	(85)
Outras contas a receber		16	(16)	12	(17)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(78)	-	(186)	-
Despesas pagas antecipadamente	9 e 22	1.587	-	(3.943)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	14 e 22	9	2	1.010	894
Obrigações fiscais e trabalhistas		-	-	(132)	71
Obrigações tributárias	15	4	-	1.890	-
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	(2.744)	-
Contas a pagar partes relacionadas	20	-	-	(501)	501
Outras contas a pagar		(39)	-	(39)	39
Caixa gerado / (aplicado) nas atividades operacionais		1.094	(202)	(5.372)	1.268
Pagamento de juros de arrendamentos	11	-	-	(4)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(4)	-	-	(5)
Caixa líquido gerado / (aplicado) nas atividades operacionais		1.090	(202)	(5.376)	1.263
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aporte de capital em investidas	10 e 22	(171.066)	-	-	-
Aquisição de controladas		-	(48.370)	-	-
Aquisição de ativo intangível	13	-	-	-	(43.489)
Aquisição de ativo imobilizado	12 e 22	-	-	(169.567)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades investimento		(171.066)	(48.370)	(169.567)	(43.489)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento do principal do passivo de arrendamento	11	-	-	(58)	-
Integralização de capital	16 a. e 22	169.461	36.101	169.461	36.101
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	13.000	-	13.000
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamento		169.461	49.101	169.403	49.101
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(515)	529	(5.540)	6.875
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	529	-	6.875	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	14	529	1.335	6.875
		(515)	529	(5.540)	6.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Solar Arinos S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, a qual passou a ser controlada diretamente pela Newave Energia S.A., a partir de outubro de 2023 (anteriormente controlada diretamente pela Voltalia Energia do Brasil Ltda). Tem sede administrativa na Fazenda Mascarada, KM 25,35, Rodovia Arinos - Januária, CEP 38680000, no Município de Arinos, Estado de Minas Gerais.

A Companhia foi constituída em 28 de janeiro de 2022, e tem como objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica e, por meio de suas controladas conjuntamente, o "Grupo"), efetua a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração, exploração e gestão de empreendimento de energia elétrica por fonte fotovoltaica desenvolvido no parque fotovoltaico denominado Projeto Arinos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia iniciaram as obras para implementação do parque solar. As controladas possuem junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL as autorizações abaixo para atuar sob o regime de produção independente de energia elétrica.

Controladas	Resolução Autorizativa	Previsão do início de operação comercial
UFV Arinos 3	12.257 de 05 de julho de 2022	Setembro de 2024
UFV Arinos 5	12.257 de 05 de julho de 2022	Setembro de 2024
UFV Arinos 6	12.257 de 05 de julho de 2022	Setembro de 2024
UFV Arinos 7	12.257 de 05 de julho de 2022	Setembro de 2024
UFV Arinos 18	12.257 de 05 de julho de 2022	Dezembro de 2024
UFV Arinos 19	12.257 de 05 de julho de 2022	Dezembro de 2024
UFV Arinos 20	12.257 de 05 de julho de 2022	Janeiro de 2025

1.1 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo consolidado, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 2.491 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5.411 positivo em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, a Companhia apurou prejuízo no exercício de R\$ 828 (R\$ 201 em 31 de dezembro de 2022) e fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 5.376 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.263 positivo em 31 de dezembro de 2022). O prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.029 (R\$ 201 em 31 de dezembro de 2022). O motivo principal deste indicador estar negativo decorre do reconhecimento das obrigações com fornecedores de materiais e serviços empregados na construção do parque fotovoltaico, das controladas sendo que, os recursos para pagamento das respectivas obrigações são aportados pontualmente de acordo com o vencimento das obrigações pela controladora. Em dezembro de 2023, as controladas da Companhia Usina Solar Arinos 3 SPE S.A, Usina Solar Arinos 5, Usina Solar Arinos 6 e Usina Solar Arinos 7 SPE S.A assinaram contratos de financiamento junto ao Banco do

Nordeste no valor de R\$415.000, com o primeiro desembolso programado para abril de 2024. O financiamento foi contratado com taxa de juros de IPCA + 5,1% a.a, com prazo de 24 anos, carência de juros até outubro de 2024. As garantias oferecidas para contratação do financiamento foram fianças bancárias e constituição de contas reservas após o desembolso.

Adicionalmente, em novembro de 2023, a Companhia, por meio de suas controladas, firmou contrato de *Purchase Power Agreement (PPA)*, pelo prazo de 10 (dez) anos, com as Companhias Gerdau Aços Longos S.A e Gerdau Açominas S.A, para venda do equivalente a 30% (trinta) por cento da energia gerada pelas controladas da Companhia. O contrato foi firmado considerando o modelo Autoprodução por Equiparação (APE).

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. A Administração não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas e companhias consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas e companhias controladas;
- c) Eliminação dos saldos de despesas decorrentes de negócios entre as empresas e companhias consolidadas;
- d) Segregação da participação de não controladores. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’), listadas a seguir:

Controladas	Participação societária em %			
	31/12/2023		31/12/2022	
Razão Social	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A	100	-	100	-
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A	100	-	100	-
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A	100	-	100	-
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A	100	-	100	-
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A	100	-	100	-
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A	100	-	100	-
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A	100	-	100	-

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 03 de abril de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. As demonstrações financeiras do Grupo foram elaboradas no pressuposto da continuidade.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica - Nota explicativa nº12:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da planta fotovoltaica.
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 21:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.
- **Provisão para desmobilização – Nota explicativa nº 24 (d):** Premissas utilizadas na mensuração do valor da obrigação.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

Durante o período de construção da planta fotovoltaica as despesas financeiras, elegíveis à capitalização serão contabilizados no custo do ativo imobilizado.

d. Imposto de renda e contribuição social

(i) Lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com base nos percentuais de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. No exercício findo em dezembro de 2022, a Companhia optou pelo regime de lucro presumido.

(ii) Regime de tributação pelo Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Para o exercício de 2023 a Companhia mudou o regime de tributação, para lucro real.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, receitas financeiras oriundas dos financiamentos obtidos para construção do ativo, até o momento da disponibilidade do ativo para a administração da Companhia e suas controladas deduzido de depreciação acumulada após a entrada em operação do parque fotovoltaico e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Dada a limitação legal imposta para o prazo de autorização para exploração do parque fotovoltaico os ativos são depreciados pelo prazo de autorização de 35 anos.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)

As controladas da Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) com o intuito de proteger aquisições de equipamentos para o ativo imobilizado empregados nas usinas solares em construção, (módulos e inversores). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para este fim são Contratos a Termo de Moeda – *NDF* (*Non Deliverable Forward*).

No início de relacionamento do *hedge* designado, as controladas da Companhia documentam o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. As controladas da Companhia também documentam a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração da Companhia monitora os critérios de qualificação do instrumento de *hedge*, a fim de assegurar a relação de proteção.

Hedge de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo é designado como instrumento de *hedge* valor justo, a parcela efetiva das variações no valor justo é reconhecida e acumulada no resultado do exercício e

são limitadas ao índice designado para o item protegido. As controladas da Companhia designaram Contratos a Termo de Moeda – NDF (Non Deliverable Forward) como instrumento de hedge. A parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de hedge é reclassificada para o custo do objeto de hedge protegido, sendo estes, os ativos fixos adquiridos durante o período de vigência do *hedge*.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se, o instrumento de *hedge* for, rescindido, ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

i. Arrendamentos

No início de um contrato, as controladas da Companhia avaliam se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, as controladas da Companhia alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso das controladas da Companhia o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento se referem ao aluguel dos parques fotovoltaicos.

As controladas da Companhia adotam os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,66% a.a.

Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de

uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo, itens de baixo valor (USD 5) e para aqueles que possuem contraprestações em sua totalidade variáveis.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, e são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento.

As controladas da Companhia apresentam os pagamentos de principal e juros na demonstração de fluxo de caixa nas atividades de financiamento. Durante o período de construção os juros dos arrendamentos são reconhecidos no ativo imobilizado.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, aos quais a Companhia e suas controladas, não esperam impactos significativos.

A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

As alterações emitidas em 2020 visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia e suas controladas não podem determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Companhia e suas controladas monitoram os desenvolvimentos futuros.

b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Companhia e suas controladas não participam de acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas.

c) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depósitos bancários (a)	14	1	1.335	15
Aplicações financeiras curto prazo (b)	-	528	-	6.860
Caixa e equivalentes de caixa	14	529	1.335	6.875

- (a) Inclui depósitos disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 99% em 31 de dezembro de 2022, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Despesas pagas antecipadamente

	Consolidado
	2023
Seguros (a)	3.120
Custo de captação (b)	2.389
Fianças	21
	5.530
Circulante	2.911
Não circulante	2.619

- (a) Refere-se as apólices de seguros contratadas para implementação do parque fotovoltaico.

- (b) Refere-se a custos inerentes ao processo de captação de financiamento para construção do parque fotovoltaico, os quais, após o desembolso do financiamento serão reclassificados para o passivo, na rubrica de financiamentos.

10 Investimentos

	Controladora	
	2023	2022
	Investimentos	226.656
Total	226.656	48.325

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	2023
<i>Investimentos em controladas</i>					
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A	100%	109.802	(372)	(372)	109.802
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A	100%	20.057	(83)	(83)	20.057
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A	100%	19.541	(83)	(83)	19.541
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A	100%	20.384	(83)	(83)	20.384
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A	100%	19.139	(82)	(82)	19.139
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A	100%	18.886	(83)	(83)	18.886
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A	100%	18.847	(83)	(83)	18.847
		226.656	(869)	(869)	226.656

Informações sobre as entidades investidas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício 2023
<i>Investimentos em controladas</i>				
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A	117.084	(7.282)	109.802	(372)
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A	27.382	(7.325)	20.057	(83)
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A	26.496	(6.955)	19.541	(83)
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A	27.482	(7.098)	20.384	(83)
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A	26.111	(6.972)	19.139	(82)
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A	25.409	(6.523)	18.886	(83)
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A	26.832	(7.985)	18.847	(83)
	276.796	(50.140)	226.656	(869)

Movimentação dos investimentos	Part. %	2022	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	2023
<i>Investimentos em controladas</i>					
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A	100%	48.325	61.849	(372)	109.802
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A	100%	-	20.140	(83)	20.057
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A	100%	-	19.624	(83)	19.541
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A	100%	-	20.467	(83)	20.384
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A	100%	-	19.221	(82)	19.139
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A	100%	-	18.969	(83)	18.886
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A	100%	-	18.930	(83)	18.847
Total		48.325	179.200	(869)	226.656

11 Ativo de direito de uso e arrendamento

A controladas da Companhia atuam como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se em construção.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Consolidado			Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Amortizações	
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	-	23.494	(56)	23.438
Total do ativo	-	23.494	(56)	23.438

O prazo de amortização de direito de uso é de 35 anos.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	Consolidado 2023
Passivo de arrendamento	23.440
Total	23.440
Circulante	524
Não circulante	22.916

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada abaixo:

	Consolidado				Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Pagamento de principal	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento					
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	-	23.494	(58)	4	23.440
Total	-	23.494	(58)	4	23.440

No reconhecimento inicial, a taxa de desconto utilizada foi de 12,66% a.a.

12 Imobilizado

	Consolidado			31/12/2023
	31/12/2022	Adições (a)	Transferência do Intangível (b)	
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	183.115	43.489	226.604
Total do imobilizado	-	183.115	43.489	226.604

- a) Refere-se aos gastos com implementação do parque fotovoltaico, que ocorreram em 2023.
b) Conforme nota explicativa nº 13.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração das controladas da Companhia avaliou as informações disponíveis interna e externamente e não identificou qualquer evidência perda do valor recuperável de seu imobilizado.

13 Intangível

	Consolidado		31/12/2023
	31/12/2022	Transferência para imobilizado (a)	
Gastos desenvolvimento	43.489	(43.489)	-
Total do imobilizado	43.489	(43.489)	-

	Consolidado		
	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Gastos desenvolvimento	-	43.489	43.489
Total do imobilizado	-	43.489	43.489

- a) Refere-se ao custo efetivo incorrido com a fase inicial do projeto de geração de energia fotovoltaica. Os custos incorridos os quais foram posteriormente transferidos ao imobilizado em construção, atendem aos critérios requeridos para fins de capitalização, vide nota explicativa nº 12.

14 Fornecedores

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo				
Contratação de serviços (a)	4	2	4.413	894
Provisões notas fornecedores (b)	7	-	101	-
Total de fornecedores	11	2	4.514	894

As informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas ao risco de liquidez relacionado a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 21.

- a) Refere-se a contratação de serviços empregados na construção do ativo imobilizado.
b) Refere-se a provisão de serviços a serem faturados.

15 Obrigações tributárias

	Consolidado
	2023
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	28
ISS – Imposto Sobre Serviços - Retido	817
INSS Retido sobre serviços contratados	1.019
Outros	26
Total	1.890

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 567.109 (R\$ 36.101 em 31 de dezembro de 2022), representado por 178.779 ações (36.101 em 31 de dezembro de 2023) O capital social integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 228.283, (R\$ 36.101 em 31 de dezembro de 2022, adicionalmente o valor de R\$ 13.000 referente a adiantamento para futuro aumento de capital foi convertido em capital subscrito e integralizado no exercício de 2023). A seguir são demonstradas as movimentações das subscrições e integralizações de capital social durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

<i>Subscrição de capital social</i>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de emissão</u>
26/01/2022 - Capital social subscrito	-	-
Subscrição de ações ordinárias – (ON)	36.101	36.101
31/12/2022 – Capital social subscrito	36.101	36.101
Subscrição de ações ordinárias – (ON) – (a)	51.000	51.000
Subscrição de ações – Classe (PNA) – (b)	37.329	8
Subscrição de ações – Classe (PNB) – (c)	54.349	480.000
31/12/2023 – Capital social subscrito	178.779	567.109

Propriedade por classe de ação em quantidade	<u>Newave Energia S.A</u>	<u>Gerdau Açominas S.A (*)</u>	<u>Gerdau Aços Longos S.A (*)</u>
Ações ordinárias – (ON) – (a)	87.101	-	-
Ações – Classe (PNA) – (b)	-	4.106	33.223
Ações – Classe (PNB) – (c)	54.349	-	-
Total de ações emitidas	141.450	4.106	33.223

(*) Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida na data de 24 de novembro de 2023, foram admitidas mediante emissão de ações classe PNA, as acionistas Gerdau Açominas S.A e Gerdau Aços Longos S.A, conforme NE 1.1.

Os principais direitos conferidos a cada classe de ação são descritos abaixo:

- (a) Ordinárias (ON) conferem ao proprietário os direitos econômicos na forma de dividendos e direito a voto relacionados a matérias financeiras e operacionais, bem como em relação a matérias protetivas.
- (b) Classe (PNA): (i) terão direito a voto em relação a matérias protetivas não relacionadas a gestão operacional e financeira da Companhia e das controladas indiretas da Companhia que compõem o projeto Arinos; e (ii) terão direito a dividendos fixos, não cumulativos, no valor total de R\$ 1 a cada exercício, quando apurados lucros.
- (c) Classe (PNB): (i) não terão direito a voto; (ii) terão direito a dividendos fixos totais no valor equivalente ao múltiplo fixado no acordo de acionistas, de forma que todos os direitos econômicos restantes em relação as ações (ON) sejam usufruídos pelo detentor das respectivas ações; (iii) terão direito à prioridade no reembolso de capital em relação às demais ações, em caso de liquidação da Companhia.

O quadro a seguir demonstra a movimentação das integralizações de capital social e o saldo a integralizar por classe de ação:

<i>Integralização de capital social em R\$</i>	Ações (ON)	Ações (PNA)	Ações (PNB)
26/01/2022 - Capital social integralizado	-	-	-
Subscrição de ações	(36.101)	-	-
Integralização de capital social	<u>36.101</u>	-	-
		-	-
31/12/2022 – Capital social a integralizar	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Subscrição de ações em R\$ mil	(51.000)	(8)	(480.000)
Integralização de capital social (*)	<u>51.000</u>	<u>8</u>	<u>141.174</u>
31/12/2023 – Capital social a integralizar	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(338.826)</u>

(*) Do montante total do capital social integralizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 192.182, o montante de R\$ 169.461 ocorreu por meio da transferência de caixa, R\$ 9.721, mediante gastos capitalizados, pagos pela controladora final Newave Energia S.A para as controladas da Companhia, e, o restante de R\$ 13.000 se refere ao adiantamento para futuro aumento de capital.

b. Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou prejuízos acumulados de R\$ 1.029 (R\$ 201 em 31 de dezembro de 2022).

17 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

	Consolidado
	2022
Custos operacionais	
Encargos setoriais	(160)
Aluguéis	(3)
	<u>(163)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	-	-	(1)	-
Serviços terceiros	(23)	(4)	(212)	(20)
Assessoria e advogados	-	-	(1)	-
Despesas consumo do escritório	-	-	(1)	-
Impostos e taxas	(2)	-	(62)	-
Contabilidade e auditoria	(34)	-	(381)	-
Despesas com condomínio	-	-	(13)	-
Encargos de conexão de rede (a)	-	-	(482)	-
Outros	-	(1)	-	(1)
	(59)	(5)	(1.153)	(21)

- a) Refere-se ao custo de contrato de conexão (CCT) junto a ANEEL, que assegura as condições de conexão de rede elétrica, antes da entrada em operação comercial.

18 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	271	92	515	319
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (*)	-	-	19.775	-
	271	92	20.290	319
Despesa financeira				
Despesas bancárias	(5)	-	(6)	-
IOF	(199)	(201)	(205)	(204)
Juros outras contas a pagar	-	-	(11)	-
Perda com instrumentos financeiros derivativos (*)	-	-	(19.775)	-
Outras despesas financeiras	-	(3)	-	(27)
	(204)	(204)	(19.997)	(231)
Resultado financeiro líquido	67	(112)	293	88

(*) Referente aos derivativos designados como hedge de valor justo, conforme nota explicativa nº 21.

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado
	2023
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(824)
Alíquota vigente combinada	34%
IRPJ e CSLL alíquota nominal	(280)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	
Provisões não dedutíveis temporariamente	269
Base negativa - prejuízo fiscal não contabilizado (*)	15
Despesa de IRPJ e CSLL	4
Alíquota efetiva	1%

O saldo de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 15 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022).

(*) A Companhia não constitui impostos diferidos ativos por não possuir previsão de lucros tributáveis futuros, para os próximos exercícios.

	Consolidado
	2022
Lucro presumido	
Demais receitas - (a)	319
Base de cálculo do IRPJ - (a)	319
Imposto de renda a alíquota de 15%	(34)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(12)
Total IRPJ	(46)
Base de cálculo da CSLL - (a)	319
Contribuição social a alíquota de 9%	(20)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(66)
Taxa efetiva	34%

(a) Refere-se a receita financeira, conforme nota explicativa nº 18

A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma das demais receitas.

20 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. A remuneração dos diretores é paga pela controladora direta Newave Energia S.A.

b. Operações com partes relacionadas

a) Ativo

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2022
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	3	3	-
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	86	11	14
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	87	12	14
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	86	11	14
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	86	11	14
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	87	11	14
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	86	12	15
	521	71	85

b) Passivo

	Consolidado	
	2023	2022
Voltalia Energia do Brasil Ltda	-	501
	-	501

- (a) Refere-se a despesas pagas em favor das respectivas SPEs.
(b) Refere-se a despesas pagas pela antiga acionista em favor das controladas da Companhia.

21 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023 – Valor contábil		2023 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	14	-	1.335
Contas a receber partes relacionadas	20	-	521	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	18 e 21	-	-	19.775	-
Outras contas a receber	-	-	-	-	5
Total		-	535	19.775	1.340

Passivos					
Fornecedores	14	-	11	-	4.514
Arrendamentos	11	-	-	-	23.440
Instrumentos financeiros derivativos	18 e 21	-	-	19.775	-
Total		-	11	19.775	27.954

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022 – Valor contábil		2022 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	529	-	6.875
Contas a receber partes relacionadas	20	-	71	-	-
Outras contas a receber	-	-	16	-	17
Total		-	616	-	6.892
Passivos					
Fornecedores	14	-	2	-	894
Contas a pagar partes relacionadas	20	-	-	-	501
Outras contas a pagar	-	-	39	-	39
Total		-	41	-	1.434

		Controladora				
		31/12/2023		31/12/2022		
	Nota	Nível (*)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	8	Nível 2	14	14	529	529
Contas a receber partes relacionadas	20	Nível 2	521	521	71	71
Outras contas a receber	-	Nível 2	-	-	16	16
Total			535	535	616	616
Passivos						
Fornecedores	14	Nível 2	11	11	2	2
Outras contas a pagar		Nível 2	-	-	39	39
Total			11	11	41	41

		Consolidado				
		31/12/2023		31/12/2022		
	Nota	Nível (*)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	8	Nível 2	1.335	1.335	6.875	6.875
Outras contas a receber	-	Nível 2	5	5	17	17
Instrumentos financeiros derivativos	18 e 21	Nível 2	19.775	19.775	-	-
Total			21.115	21.115	6.892	6.892
Passivos						
Fornecedores	14	Nível 2	4.514	4.514	894	894
Arrendamentos	11	Nível 2	23.440	23.440	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	18 e 21	Nível 2	19.775	19.775	-	-
Outras contas a pagar	-	Nível 2	-	-	39	39
Total			47.729	47.729	933	933

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Derivativos a receber / a pagar

Precificação a termo - O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

Instrumentos financeiros derivativos

As controladas Companhia estão compradas em Dólar dos Estados Unidos da América (USD) por meio de (NDF) *Non-deliverable Forwards*.

As controladas da Companhia possuem compromissos com fornecedores para implementação do parque de geração de energia fotovoltaica. Parte das compras dos ativos fixos são indexadas em moeda estrangeira. Com o intuito de proteger o caixa das controladas da Companhia, bem como o valor justo dos ativos imobilizados frente as oscilações da moeda estrangeira, as controladas da Companhia mantém operações com derivativos por meio de *Non-deliverable Forwards* (NDF), os quais foram designados como instrumento de hedge de valor justo. Abaixo são demonstradas as respectivas operações com NDFs:

Controladas diretas	Contrato a Termo – NDF		Valor a termo		Valor justo (*)
			31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
			Em USD	Em BRL	Em BRL
	Desembolso	Vencimento (Mês/Ano)			
Solar Arinos 3	Termo líquido	jan/24	1.872	9.086	(710)
Solar Arinos 3	Termo líquido	fev/24	1.404	6.850	(363)
Solar Arinos 3	Termo líquido	mar/24	2.330	11.400	(596)
Solar Arinos 3	Termo líquido	abr/24	2.860	14.024	(733)
Solar Arinos 3	Termo líquido	mai/24	1.574	7.740	(401)
Solar Arinos 3	Termo líquido	jun/24	88	424	(22)
Solar Arinos 5	Termo líquido	jan/24	1.872	9.086	(710)
Solar Arinos 5	Termo líquido	fev/24	1.404	6.850	(363)
Solar Arinos 5	Termo líquido	mar/24	2.330	11.400	(596)
Solar Arinos 5	Termo líquido	abr/24	2.860	14.024	(733)
Solar Arinos 5	Termo líquido	mai/24	1.574	7.740	(401)
Solar Arinos 5	Termo líquido	jun/24	88	424	(22)
Solar Arinos 6	Termo líquido	jan/24	1.872	9.086	(710)
Solar Arinos 6	Termo líquido	fev/24	1.404	6.850	(363)
Solar Arinos 6	Termo líquido	mar/24	2.330	11.400	(596)
Solar Arinos 6	Termo líquido	abr/24	2.860	14.024	(733)
Solar Arinos 6	Termo líquido	mai/24	1.574	7.740	(401)

Solar Arinos 6	Termo líquido	jun/24	88	424	(22)
Solar Arinos 7	Termo líquido	jan/24	1.872	9.086	(710)
Solar Arinos 7	Termo líquido	fev/24	1.404	6.850	(363)
Solar Arinos 7	Termo líquido	mar/24	2.330	11.400	(596)
Solar Arinos 7	Termo líquido	abr/24	2.860	14.024	(733)
Solar Arinos 7	Termo líquido	mai/24	1.574	7.740	(401)
Solar Arinos 7	Termo líquido	jun/24	88	424	(22)
Solar Arinos 18	Termo líquido	jan/24	1.872	9.086	(710)
Solar Arinos 18	Termo líquido	fev/24	1.404	6.850	(363)
Solar Arinos 18	Termo líquido	mar/24	2.330	11.400	(596)
Solar Arinos 18	Termo líquido	abr/24	2.860	14.024	(733)
Solar Arinos 18	Termo líquido	mai/24	1.574	7.740	(401)
Solar Arinos 18	Termo líquido	jun/24	88	424	(22)
Solar Arinos 19	Termo líquido	jan/24	1.872	9.086	(710)
Solar Arinos 19	Termo líquido	fev/24	1.404	6.850	(363)
Solar Arinos 19	Termo líquido	mar/24	2.330	11.400	(596)
Solar Arinos 19	Termo líquido	abr/24	2.860	14.024	(733)
Solar Arinos 19	Termo líquido	mai/24	1.574	7.740	(401)
Solar Arinos 19	Termo líquido	jun/24	88	424	(22)
Solar Arinos 20	Termo líquido	jan/24	1.872	9.086	(710)
Solar Arinos 20	Termo líquido	fev/24	1.404	6.850	(363)
Solar Arinos 20	Termo líquido	mar/24	2.330	11.400	(596)
Solar Arinos 20	Termo líquido	abr/24	2.860	14.024	(733)
Solar Arinos 20	Termo líquido	mai/24	1.574	7.740	(401)
Solar Arinos 20	Termo líquido	jun/24	88	424	(22)
			70.896	346.668	(19.775)

(*) Ao designar as *Non-deliverable Forwards* (NDFs), como instrumento de hedge e aplicar a contabilidade de hedge com base no valor justo, as controladas da Companhia, além de reconhecer as perdas com derivativos no resultado no exercício, na rubrica de despesas financeiras, também reconhecem os ganhos com instrumentos financeiros derivativos, no resultado do exercício, na rubrica de receitas financeiras. Os termos críticos do instrumento de hedge (NDFs), e do objeto de hedge, compromisso firme para aquisição de ativo imobilizado, estão estritamente alinhados, portanto, o mesmo valor das perdas com instrumentos financeiros derivativos reconhecidas no resultado, demonstradas no quadro acima, são compensadas pelos ganhos com instrumentos financeiros derivativos, conforme nota explicativa nº 18.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os contratos a termo – NDF geraram saídas líquidas de caixa no montante de R\$ 2.744, conforme demonstrado abaixo:

Controladas diretas	Contrato a Termo – NDF		Valor a termo	Valor justo
			31/12/2023	31/12/2023
	Desembolso	Vencimento (Mês/Ano)	Em USD	Em BRL
Solar Arinos 3	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 3	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 3	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 3	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 3	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 3	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 5	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 5	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 5	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 5	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 5	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 5	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 6	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 6	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 6	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 6	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 6	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 6	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 7	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 7	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 7	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 7	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 7	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 7	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 18	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 18	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 18	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 18	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 18	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 18	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 19	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 19	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 19	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 19	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 19	Termo líquido	dez/23	117	(38)

Solar Arinos 19	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 20	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 20	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 20	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 20	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 20	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 20	Termo líquido	dez/23	117	(38)
			10.500	(2.744)
			10.500	(2.744)

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixas e equivalentes de caixa	14	529	1.335	6.875
Contas a receber partes relacionadas	-	71	-	85
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	19.775	-
Outras contas a receber	-	16	5	17
Total	14	616	21.115	6.977
	14	616	21.115	6.977

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. A Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31 de dezembro de 2023

Valor contábil	Controladora				
	Fluxos de caixa contratuais				
	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	11	11	11	-	-
	11	11	11	-	-

31 de dezembro de 2023

Valor contábil	Consolidado				
	Fluxos de caixa contratuais				
	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	4.514	4.514	4.514	-	-
Arrendamentos	23.440	92.800	973	11.083	13.853
Instrumentos financeiros derivativos	19.775	19.775	19.775	-	66.891
	47.729	117.089	25.262	11.083	13.853
	66.891				

31 de dezembro de 2022

Valor contábil	Controladora				
	Fluxos de caixa contratuais				
	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	2	2	2	-	-
Outras contas a pagar	39	39	39	-	-
	41	41	41	-	-

31 de dezembro de 2022

Consolidado

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	894	894	894	-	-	-
Contas a pagar partes relacionadas	501	501	501	-	-	-
Outras contas a pagar	39	39	39	-	-	-
	1.434	1.434	1.434	-	-	-

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

22 Demonstrações dos fluxos de caixa

Em atendimento ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, abaixo são demonstradas as transações que não envolveram caixa:

	2023
Juros sobre passivo de arrendamentos	(4)
Integralização de capital	(9.721)
Despesas pagas antecipadamente	1.587
Aquisição de ativo imobilizado	13.548
Fornecedores	(2.610)
Amortização de arrendamentos	(56)
Transferência do Intangível	(43.489)
Transferência para imobilizado	43.489
Adiantamento a fornecedores	(1.976)
Imobilizado - Compensações	1.976
Instrumentos financeiros derivativos	(2.744)
Integralização de capital	13.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	(13.000)

23 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

24 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2024	2025	2026	2027	2028 a 2058
(TUST/ CUST / CCT) (a)	9.451	9.451	9.451	9.451	283.530
Seguros (b)	2.752	-	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado (c)	911.650	39.462	-	-	-
Arrendamento (d)	973	2.771	2.771	2.771	83.514
Total	924.826	51.684	12.222	12.222	50.335

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2024 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025 (julho/24 a junho/25) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2024 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025.

b) Seguros

As controladas da Companhia possuem contratos de seguros para manutenção e asseguarção das plantas fotovoltaicas.

c) Aquisição ativo imobilizado

A Companhia possui contratos com fornecedores de materiais e equipamentos para construção do parque fotovoltaico.

d) Arrendamentos

As controladas da Companhia possuem contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

Os contratos de arrendamento contêm clausula que obriga as controladas da Companhia, ao final do contrato, devolver os imóveis arrendados, nas mesmas condições anteriores a construção do parque fotovoltaico. Em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída nenhuma provisão para tal obrigação, pois, até o momento, só havia ocorrido a supressão vegetal da área arrendada.

25 Eventos subsequentes

Em 28 de março de 2023, as controladas da Companhia, Usina Solar Arinos 18 SPE S.A, Usina Solar Arinos 19 SPE S.A e Usina Solar Arinos 20 SPE S.A, assinaram contratação de empréstimo-ponte com o UBS BB Investment Bank no valor de R\$ 100.000, por Companhia, totalizando R\$ 300.000,

com prazo de 12 (doze) meses, com carência para o mesmo período referente ao principal e juros. A taxa de juros pactuada foi CDI + 2,30% a.a.

Gunnar Honorato Pinassi
Diretor Financeiro
CPF: 269.843.018-14

Regis Madruga Leme
Contador
CRC: 1SP317833/O-2
CPF: 322.761.488-02

* * *